

# Sociedade como interação simbólica<sup>1</sup>

Herbert Blumer

Tradução: Caio Moraes Reis<sup>a</sup>

Revisão Técnica: Fraya Frehse<sup>b</sup>

Uma visão de sociedade humana como interação simbólica tem sido mais perseguida do que formulada. Indicações parciais e geralmente fragmentárias se encontram nos escritos de um número considerável de eminentes estudiosos, alguns do campo da sociologia, outros de fora. Dentre os primeiros, podemos observar Charles Horton Cooley, W. I. Thomas, Robert E. Park, E. W. Burgess, Florian Znaniecki, Ellsworth Faris e James Mickel Williams. Dentre aqueles de fora da sociologia estão William James, John Dewey e George Herbert Mead. Nenhum desses estudiosos, em meu julgamento, apresentou um argumento sistemático acerca da natureza da vida grupal humana do ponto de vista da interação simbólica. Mead destaca-se de todos por expor as premissas fundamentais dessa abordagem, embora tenha feito pouco para desenvolver suas implicações metodo-

---

1 O presente artigo, publicado originalmente por Herbert Blumer em 1962 e republicado em 1969, contou com três traduções anteriores para a língua portuguesa. A primeira, uma versão reduzida, decorre de tradução da língua francesa, publicada no Brasil em 1977; as demais, publicadas em 2013, numa compilação, e em 2017, num periódico acadêmico, apresentaram a íntegra original do capítulo. Instigado pelos desencontros interpretativos que notei entre essas versões e o original, tomei a decisão de proceder a uma nova tradução deste artigo. Esta versão, além da particularidade de contar com uma revisão técnica, apresenta três outras especificidades. De um lado, ela se pauta o mais estritamente possível na literalidade do original e no estilo literário do autor, adequando-os à prosódia da língua portuguesa. De outro lado, ela se enriquece de cotejamentos com as duas versões integrais anteriores para o português. Enfim, esta versão busca evitar recriações e omissões de palavras e períodos. Cf. respectivamente de Herbert Blumer, “A sociedade concebida como uma interação simbólica”, em Pierre Birnbaum & François Chazel (orgs.), *Teoria sociológica*, Trad. Gisela Stock de Souza & Hélio de Souza, São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1977, pp. 36-40; “A sociedade como interação simbólica”, em Maria Claudia Coelho (org. e trad.), *Estudos sobre interação: textos escolhidos*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 2013, pp. 75-90; “Sociedade como Interação Simbólica”, trad. Raoni Borges Barbosa, *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 16, n. 46, pp. 14-22, abril de 2017; “Society as symbolic interaction”, em Arnold Rose (ed.), *Human behavior and social processes*, Boston, Houghton Mifflin Co., 1962, pp. 179-192; em *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1969, pp. 78-89. Para a versão original, que serviu de referência para esta tradução, cf. Herbert Blumer, “Society as Symbolic Interaction”, em *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1969, pp. 78-89. Reimpresso com permissão de Pearson Education, Inc., New York (New York).

a Mestrando do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (DCP-FFLCH-USP).

b Professora livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (DS-FFLCH-USP).

lógicas para o estudo sociológico. Estudantes<sup>2</sup> que busquem descrever a posição da interação simbólica podem facilmente oferecer diferentes imagens da mesma. O que eu tenho a apresentar deve ser considerada minha versão pessoal. O meu objetivo é apresentar as premissas básicas desse ponto de vista e desenvolver suas consequências metodológicas para o estudo da vida grupal humana.

O termo “interação simbólica” refere-se, evidentemente, ao caráter peculiar e distintivo da interação tal como ela ocorre entre seres humanos. A peculiaridade consiste no fato de que seres humanos interpretam ou “definem” as ações uns dos outros, em vez de simplesmente reagir a elas. Sua “resposta” não se dirige diretamente às ações uns dos outros, mas, em vez disso, se baseia no significado que atribuem a tais ações. Assim, a interação humana é mediada pelo uso de símbolos, pela interpretação ou atribuição de significado<sup>3</sup> às ações uns dos outros. Essa mediação equivale a inserir um processo de interpretação entre estímulo e resposta, no caso do comportamento humano.

O simples reconhecimento de que os seres humanos interpretam as ações uns dos outros como instrumentos para agir reciprocamente tem permeado o pensamento e os escritos de muitos estudiosos da conduta e vida grupal humanas. Ainda assim, poucos têm se empenhado em analisar o que tal interpretação implica em relação à natureza do ser humano ou da associação humana. Geralmente, eles se contentam ou com o mero reconhecimento de que a “interpretação” deve ser captada pelo estudante, ou com a simples percepção de que os símbolos, assim como as normas ou os valores culturais devem ser introduzidos em suas análises. Apenas G. H. Mead, em meu julgamento, buscou refletir sobre o que o ato de interpretação implica para um entendimento do ser humano, da ação e associação humanas. Os pontos essenciais de sua análise são tão perspicazes, profundos e importantes para uma compreensão da vida grupal humana, que eu gostaria de esclarecê-los, mesmo que brevemente.

O elemento-chave da análise de Mead é que o ser humano possui um *self*. Essa ideia não deve ser posta de lado como esotérica ou ignorada como algo óbvio e, portanto, indigno de atenção. Ao declarar que o ser humano possui um *self*, Mead tinha em mente, sobretudo, que o ser humano pode ser objeto de suas próprias ações. Ele pode agir tanto em relação a si mesmo<sup>4</sup> como em relação a outros. Cada um de nós tem familiaridade com ações desse tipo, em que o ser humano fica bravo

---

2 No original, “Students” como referência a estudiosos da obra de um autor, termo comum entre pesquisadores formados na Universidade de Chicago, como o próprio Erving Goffman (N. R.).

3 No original, “meaning”.

4 No original, “himself” (N. R.).

consigo mesmo, repreende a si mesmo, orgulha-se de si mesmo, briga consigo mesmo, tenta reforçar sua própria coragem, diz a si mesmo que deveria “fazer isso” ou não “fazer aquilo”, estabelece objetivos para si mesmo, assume compromissos consigo mesmo e planeja o que vai fazer. Que o ser humano age em relação a si mesmo nessas e em outras incontáveis situações é questão de fácil observação empírica. Reconhecer que o ser humano pode agir em relação a si mesmo não é conjuração mística.

Mead considera essa habilidade do ser humano de agir em relação a si mesmo o mecanismo central com o qual o ser humano encara o seu mundo e lida com ele. Esse mecanismo possibilita ao ser humano fazer indicações a si mesmo de coisas ao seu redor e, assim, guiar suas ações pelo que observa. Qualquer coisa de que o ser humano está consciente é algo que ele está indicando a si mesmo – o tique-taque de um relógio, uma batida na porta, a chegada de um amigo, a observação feita por um colega, o reconhecimento de que há uma tarefa a cumprir, ou a percepção de que está resfriado. Inversamente, qualquer coisa de que o ser humano não está consciente é, *ipso facto*<sup>5</sup>, algo que ele não está indicando a si mesmo. A vida consciente do ser humano, do momento em que acorda até adormecer, é um fluxo contínuo de autoindicações<sup>6</sup> – notações de coisas com que ele lida e que considera. Oferece-se a nós, portanto, uma imagem do ser humano como organismo que confronta o seu mundo com um mecanismo para fazer indicações a si mesmo. Esse é o mecanismo envolvido na interpretação das ações de outros. Interpretar as ações de outrem é indicar a si mesmo que a ação tem esse ou aquele significado ou característica.

De acordo com Mead, o significado de fazer indicações a si mesmo é de fundamental importância. Esta importância se insere em duas vertentes. Primeiro, indicar algo é libertar este algo de seu cenário<sup>7</sup>, separá-lo, atribuir-lhe significado ou, nos termos de Mead, torná-lo um objeto. Um objeto – isto é, qualquer coisa que um indivíduo indica a si mesmo – é diferente de um estímulo. Em vez de ter um caráter intrínseco que atua sobre o indivíduo e pode ser identificado independentemente do indivíduo, o seu caráter ou significado é atribuído pelo indivíduo. O objeto é produto da disposição individual de agir, em vez de ser um estímulo

5 Do latim “pelo próprio fato”, “por isso mesmo” (N. T.).

6 Traduzir esse termo por “indicações do self” poderia sugerir equivocadamente que o self indica algo ao indivíduo. Contudo, a ideia de self designa uma relação entre “I” e “me”, em inglês, ou “eu” e “mim”, em português. Sendo o self, portanto, uma relação entre as ideias que eu tenho sobre mim e as que outras pessoas têm sobre mim, não cabe sugerir que o self faz indicações aos indivíduos, mas que os indivíduos fazem indicações a si mesmos (N. T.).

7 No original, “setting” (N. R.).

antecedente que evoca o ato. Em vez de o indivíduo ser envolvido por um ambiente de objetos pré-existentes que atuam sobre ele e suscitam o seu comportamento, a imagem apropriada é a de que ele constrói seus objetos com base em sua atividade em curso. Em quaisquer de seus incontáveis atos – quer menores, como vestir-se, quer mais importantes, como organizar-se para uma carreira profissional –, o indivíduo está designando diferentes objetos a si mesmo, atribuindo-lhes significado, julgando a sua adequação para sua ação e tomando decisões com base nesse julgamento. Isso é o que quer dizer interpretação ou ação<sup>8</sup> com base em símbolos.

A segunda implicação importante do fato de que o ser humano faz indicações para si mesmo é que sua ação é construída ou montada, ao invés de ser um mero extravasamento<sup>9</sup>. Qualquer que seja a ação em que se engaje, o indivíduo humano procede indicando para si mesmo as coisas divergentes que têm de ser levadas em consideração no decurso de sua ação. Ele tem de notar o que quer fazer e como vai fazer; tem de indicar a si mesmo as várias condições que podem ser instrumentais para a sua ação, e aquelas que podem obstruir tal ação; ele tem de considerar as demandas, expectativas, proibições e ameaças tais como elas podem aparecer na situação em que ele está agindo. A sua ação é construída passo a passo mediante tal processo de autoindicações. O indivíduo humano compõe e guia a sua ação levando em consideração diferentes coisas, e interpretando-lhes os significados para sua ação prospectiva. Não há exemplo de ação consciente para a qual isso não seja verdade.

O processo de construção da ação pelas indicações a si mesmo não pode ser abarcado por quaisquer categorias psicológicas convencionais. Esse processo é distinto do que pode ser chamado de “ego” – assim como é diferente de qualquer outra concepção que concebe o “self” em termos de composição e organização. A autoindicação é um processo comunicativo dinâmico<sup>10</sup> no qual o indivíduo nota coisas, avalia-as, dá-lhes um significado e decide agir com base nesse significado. É com esse processo, e não com um mero ego que o ser humano enfrenta o mundo ou “alters”<sup>11</sup>. Ademais, o processo de autoindicação não pode ser subsumido nas forças exteriores ou interiores que presumivelmente atuam sobre o indivíduo para produzir o seu comportamento. Pressões ambientais, estímulos externos, impulsos orgânicos, desejos, atitudes, sentimentos, ideias e forças semelhantes não recobrem

---

8 No original, “acting” (N. R.).

9 No original, “release” (N. R.).

10 No original, “moving”, que na verdade abre espaço tanto para a aceção de dinamismo quanto de comoção (N. R.).

11 No original, “alters”, plural da forma latina comum na psicologia “alter”, outrem ou outro, o contrário de “ego”. (N. R.).

ou explicam o processo de autoindicação. Este defronta tais forças no sentido de que o indivíduo indica a si mesmo e interpreta o surgimento ou a expressão de tais forças, notando uma dada demanda social que lhe é feita, reconhecendo um comando, observando que está com fome, percebendo que deseja comprar algo, tornando-se ciente de que tem um dado sentimento, consciente de que não gosta de comer com alguém que repudia, ou ciente de que está pensando em fazer uma dada coisa. Em virtude da indicação de tais coisas a si mesmo, o indivíduo posiciona a si mesmo frente a essas forças e está apto a retroagir frente a elas, aceitando-as, rejeitando-as ou transformando-as de acordo com a maneira pela qual as define ou interpreta. O comportamento do indivíduo, conseqüentemente, não é resultado de coisas tais como pressões ambientais, estímulos, motivos, atitudes e ideias, mas emerge, em vez disso, a partir de como ele interpreta e lida com essas coisas na ação que está construindo. O processo de autoindicação por meio do qual a ação humana é formada não se fundamenta em fatores que precedem a ação. O processo de autoindicação existe por si mesmo e deve ser aceito e estudado como tal. É por meio desse processo que o ser humano constrói a sua ação consciente.

Ora, Mead reconhece que a formação da ação pelo indivíduo por meio de um processo de autoindicações sempre se dá num contexto social. Uma vez que essa questão é de vital importância para a compreensão da interação simbólica, ela precisa ser explicada com cuidado. Fundamentalmente, a ação grupal toma a forma de um ajuste mútuo de linhas individuais de ação. Cada indivíduo alinha a sua ação à ação de outros mediante a verificação do que esses outros estão fazendo ou intencionam fazer – isto é, captando o significado de seus atos. Para Mead, isso é feito pelo indivíduo “assumindo o papel” de outros – seja o papel de uma pessoa específica, seja o de um grupo (o “outro generalizado” de Mead). Ao assumir tais papéis, o indivíduo busca verificar a intenção ou a direção dos atos dos outros. Ele forma e alinha a sua própria ação com base em sua interpretação das ações dos outros. Esse é o modo fundamental pelo qual a ação grupal ocorre na sociedade humana.

O exposto anteriormente são as características essenciais, como eu as vejo, da análise de Mead acerca das bases da interação simbólica. Elas pressupõem o seguinte: que a sociedade humana é composta por indivíduos que possuem *selves* (isto é, que fazem indicações a si mesmos); que a ação individual é uma construção e não um extravasamento, sendo construída pelo indivíduo por meio da percepção e da interpretação dos elementos das situações em que ele age; que a ação grupal ou coletiva consiste no alinhamento de ações individuais, forjado no fato de os indivíduos interpretarem ou levarem em consideração as ações uns dos outros. Uma vez que o meu propósito é apresentar, e não defender, a posição da interação

simbólica, não vou me empenhar, neste ensaio, em defender as três premissas que acabo de indicar. Gostaria apenas de dizer que tais premissas podem com facilidade ser verificadas empiricamente. Não conheço um exemplo de ação grupal humana à qual elas não se apliquem. O leitor é desafiado a encontrar ou pensar em um simples exemplo ao qual essas premissas não se adéquam.

Eu gostaria agora de assinalar que visões sociológicas da sociedade humana são, em geral, marcadamente divergentes em relação às premissas que indiquei como subjacentes à interação simbólica. De fato, a quantidade predominante de tais visões, especialmente aquelas em voga no presente, não veem ou tratam a sociedade humana como interação simbólica. Comprometidas, como tendem a ser, com alguma forma de determinismo sociológico, elas adotam imagens da sociedade humana, dos indivíduos ali e da ação grupal que não se compatibilizam com as premissas da interação simbólica. Eu gostaria de dizer algumas palavras sobre as principais linhas de variação.

O pensamento sociológico raramente reconhece ou trata sociedades humanas como compostas por indivíduos que possuem *selves*. Em vez disso, ele assume os seres humanos como meros organismos com algum tipo de organização que respondem a forças que atuam sobre eles. Em geral, embora não exclusivamente, essas forças estão alojadas na composição da sociedade, como nos casos do “sistema social”, da “estrutura social”, da “cultura”, da “posição de *status*”, do “papel social”, do “costume”, da “instituição”, da “representação coletiva”, da “situação social”, da “norma social” e dos “valores”. O pressuposto é de que o comportamento das pessoas como membros *de uma sociedade* é expressão da atuação desses tipos de fatores ou forças sobre elas. Essa, claro, é a posição lógica necessariamente tomada quando o estudioso explica os comportamentos ou fases do comportamento das pessoas em termos de um ou outro desses fatores sociais. Os indivíduos que compõem uma sociedade humana são tratados como meios<sup>12</sup> através dos quais tais fatores operam, e a ação social de tais indivíduos é concebida como expressão de tais fatores. Essa abordagem ou ponto de vista nega, ou pelo menos ignora, que seres humanos possuem *selves* – que agem fazendo indicações a si mesmos. Aliás, o “*self*” não é trazido para dentro de cena por meio da introdução de itens como impulsos orgânicos, motivos, atitudes, sentimentos, fatores sociais internalizados ou componentes psicológicos. Tais fatores psicológicos têm o mesmo *status* que os fatores sociais mencionados: são concebidos como fatores que atuam sobre o indivíduo a fim de produzir a sua ação. Os fatores psicológicos não constituem o

---

12 No original, “*media* (N.T.)”.

processo de autoindicação. Este defronta tais fatores psicológicos, assim como defronta os fatores sociais que atuam sobre o ser humano. Praticamente todas as concepções sociológicas de sociedade humana fracassam em reconhecer que os indivíduos que a compõem possuem *selves* no sentido abordado.

De modo análogo, tais concepções sociológicas não concebem as ações sociais dos indivíduos na sociedade humana como sendo construídas por eles por meio de um processo de interpretação. Em vez disso, a ação é tratada como produto de fatores que atuam sobre e através dos indivíduos. O comportamento social das pessoas não é visto como construído por elas por meio de uma interpretação de objetos, situações ou ações de outros. Se um lugar é dado à “interpretação”, a interpretação é considerada meramente expressão de outros fatores (tais como motivos) que precedem o ato e, conseqüentemente, ela desaparece como fator de direito próprio. Assim, a ação social das pessoas é tratada como um fluxo externo ou expressão de forças atuando sobre elas, mais do que como atos construídos pelas pessoas através de suas interpretações das situações em que elas se encontram alocadas.

Essas observações sugerem outra significativa linha de diferença entre visões sociológicas em geral e a posição da interação simbólica. Esses dois conjuntos de visões diferem acerca de onde alojam a ação social. Na perspectiva da interação simbólica, a ação social é alojada em indivíduos atuantes que ajustam suas respectivas linhas de ação umas às outras por meio de um processo de interpretação; a ação grupal é a ação coletiva de tais indivíduos. Oposta a essa visão, concepções sociológicas geralmente alojam a ação social na ação da sociedade ou em alguma unidade da sociedade. Exemplos disso são legião. Deixe-me citar alguns. Certas concepções, ao tratar das sociedades ou grupos humanos como “sistemas sociais”, consideram a ação grupal expressão de um sistema, seja em estado de equilíbrio, seja em busca deste. Ou a ação grupal é concebida como expressão das “funções” de uma sociedade ou grupo. Ou a ação grupal é considerada a expressão exterior de elementos alojados na sociedade ou no grupo, tais como demandas culturais, propósitos sociais, valores sociais ou esforços institucionais. Essas concepções típicas ignoram ou descartam uma visão da vida ou ação grupais como consistindo de ações coletivas ou concertadas de indivíduos que buscam enfrentar as situações de suas vidas. Se chegarem a ser reconhecidos, os esforços das pessoas para desenvolver atos coletivos a fim de enfrentarem as situações de suas vidas acabam por ser subsumidos no jogo de forças subjacentes ou transcendentais que estão alojadas na sociedade ou em suas partes. Os indivíduos que compõem a sociedade ou o grupo se tornam “portadores” ou meios para a expressão de tais

forças; e o comportamento interpretativo por meio do qual as pessoas formam suas ações é meramente uma conexão coercitiva no jogo de tais forças.

A indicação das linhas de variação anteriormente mencionadas deve ajudar a evidenciar a posição da interação simbólica numa perspectiva melhor. Na discussão a seguir, eu gostaria de esboçar de um modo mais completo como a sociedade humana aparece nos termos da interação simbólica e indicar algumas implicações metodológicas.

A sociedade humana deve ser vista como consistindo de pessoas atuantes, e a vida da sociedade deve ser vista como consistindo de suas ações. As unidades atuantes<sup>13</sup> podem ser indivíduos separados, coletividades cujos membros estão agindo juntos numa busca comum, ou organizações agindo em prol de uma comunidade. Exemplos respectivos são compradores individuais num mercado, um grupo teatral ou uma equipe missionária, e uma corporação empresarial ou uma associação profissional nacional. Não há atividade empiricamente observável em uma sociedade humana que não brote de alguma unidade atuante. É necessário enfatizar essa afirmação banal à luz da prática comum dos sociólogos de reduzir a sociedade humana a unidades sociais que não agem – por exemplo, classes sociais na sociedade moderna. Obviamente, há outras maneiras de contemplar a sociedade humana que não em termos das unidades atuantes que a compõem. Eu apenas gostaria de indicar que, a respeito da atividade humana concreta ou empírica, a sociedade deve necessariamente ser vista em termos das unidades atuantes que a compõem. E acrescentaria que qualquer esquema de sociedade humana que se reivindicar como análise realista tem de respeitar e ser congruente com o reconhecimento empírico de que uma sociedade humana consiste de unidades atuantes.

Um respeito análogo deve ser devotado às condições sob as quais tais unidades agem. Uma condição básica é de que a ação ocorre e diz respeito a uma situação. Em qualquer que seja a unidade atuante – um indivíduo, uma família, uma escola, uma igreja, uma empresa, um sindicato, uma legislatura, e assim por diante –, qualquer ação particular é formada à luz da situação em que ocorre. Isso leva ao reconhecimento de uma segunda condição importante, a saber, que a ação é formada ou construída pela interpretação da situação. A unidade atuante necessariamente tem de identificar as coisas a serem consideradas – tarefas, oportunidades, obstáculos, meios, demandas, desconfortos, perigos e fatores semelhantes; tem de avaliá-las de alguma maneira e tomar decisões com base nessa avaliação. Esse comportamento interpretativo pode ocorrer no indivíduo guiando a sua própria ação, numa

---

13 No original, “acting units” (N. R.).

coletividade de indivíduos agindo de modo concertado, ou em “agentes” agindo em nome de algum grupo ou organização. A vida grupal consiste em unidades atuantes desenvolvendo atos para enfrentar as situações nas quais elas se encontram alocadas.

Usualmente, a maioria das situações encontradas pelas pessoas numa dada sociedade são definidas ou “estruturadas” por elas da mesma maneira. Por meio de interação prévia, elas desenvolvem e adquirem compreensões ou definições comuns de como agir nessa ou naquela situação. Essas definições comuns permitem que as pessoas ajam de modo semelhante. O comportamento repetitivo comum das pessoas em tais situações não deveria iludir o estudante, fazendo-o acreditar que não há qualquer processo de interpretação em jogo; ao contrário, embora fixas, as ações dos participantes são construídas por eles por meio de um processo de interpretação. Uma vez que estão à disposição definições pré-fabricadas<sup>14</sup> e comumente aceitas, pouca pressão é colocada sobre as pessoas na orientação e organização de seus atos. Contudo, muitas outras situações podem não ser identificadas de modo unívoco pelos participantes. Nesse caso, suas linhas de ação não se ajustam prontamente e a ação coletiva fica bloqueada. Interpretações têm de ser desenvolvidas e uma acomodação efetiva dos participantes uns aos outros tem de ser elaborada. No caso de tais situações “indefinidas”, é necessário traçar e estudar o processo emergente de definições que é colocado em jogo.

Na medida em que sociólogos ou estudantes da sociedade humana se preocupam com o comportamento das unidades atuantes, a posição da interação simbólica requer que o estudante capte o processo de interpretação através do qual as unidades atuantes constroem suas ações. Esse processo não deve ser captado meramente por meio de um retorno às condições que antecedem o processo. Tais condições antecedentes são úteis para a compreensão do processo na medida em que elas o adentram, mas, como mencionado previamente, elas não constituem o processo. Nem se pode captar o processo inferindo meramente a sua natureza a partir da ação manifesta, que é seu produto. Para captar o processo, o estudante deve assumir o papel da unidade atuante cujo comportamento está estudando. Uma vez que a interpretação é feita pela unidade atuante em termos de objetos designados e avaliados, de significados adquiridos e de decisões tomadas, o processo tem de ser visto do ponto de vista da unidade atuante. É o reconhecimento desse fato que torna tão notável o trabalho investigativo de estudiosos tais como R. E. Park e W. I. Thomas. Tentar captar o processo interpretativo permanecendo à distância, como um assim chamado observador “objetivo”, e se recusando a assumir

---

14 No original, “ready-made” (N. T.).

o papel da unidade atuante é arriscar o pior tipo de subjetivismo – o observador objetivo provavelmente preencherá o processo de interpretação com suas próprias conjecturas, em lugar de apreender o processo tal como este ocorre na experiência da unidade atuante que o utiliza.

Em geral, evidentemente, sociólogos não estudam a sociedade humana em termos de suas unidades atuantes. Em vez disso, dispõem-se a ver a sociedade humana em termos de estrutura ou organização, e a tratar a ação social como uma expressão de tal estrutura ou organização. Assim, deposita-se confiança em categorias estruturais como sistema social, cultura, normas, valores, estratificação social, posições de *status*, papéis sociais e organização institucional. Essas categorias são utilizadas tanto para analisar a sociedade humana quanto para explicar a ação social no interior dessa sociedade. Outros grandes interesses dos sociólogos se centram em torno desse tema focal da organização. Uma linha de interesse é contemplar a organização em termos das funções que ela supostamente desempenha. Outra é estudar a organização social como um sistema em busca de equilíbrio; aqui, o estudioso se esforça para detectar mecanismos endógenos ao sistema. Outra linha de interesse é identificar forças que atuam sobre a organização para gerar mudanças nesta; aqui, o estudioso se empenha, especialmente através de estudos comparativos, em isolar uma relação entre fatores causais e resultados estruturais. Essas várias linhas de perspectiva e interesse sociológicos, que hoje se encontram tão fortemente arraigadas, passam por cima das unidades atuantes de uma sociedade e desviam-se do processo interpretativo pelo qual tais unidades atuantes constroem as suas ações.

Essas respectivas preocupações com a organização, de um lado, e com unidades atuantes, de outro, estabelecem a diferença essencial entre visões convencionais da sociedade humana e a visão implícita na interação simbólica. Esta visão reconhece a presença da organização na sociedade humana e respeita a sua importância. Contudo, vê e trata essa mesma organização de modo diferente. A diferença obedece a duas linhas principais. Primeiro, do ponto de vista da interação simbólica, a organização de uma sociedade humana é a moldura dentro da qual a ação social ocorre, e não o determinante dessa ação. Segundo, tal organização e mudanças nela são o produto da atividade das unidades atuantes, e não de “forças” que desconsideram tais unidades atuantes. Cada uma dessas duas linhas principais de diferença deve ser explicada brevemente, a fim de que se obtenha uma melhor compreensão de como a sociedade humana aparece em termos de interação simbólica.

Do ponto de vista da interação simbólica, a organização social é uma moldura dentro da qual as unidades atuantes desenvolvem as suas ações. Elementos estruturais tais como “cultura”, “sistemas sociais”, “estratificação social” ou “papéis sociais” estabelecem condições para a ação de tais unidades, mas não as determinam. Pessoas – isto é, unidades atuantes – não agem em relação à cultura, à estrutura social ou a algo semelhante; elas agem em relação a situações. A organização social toma parte na ação apenas na proporção em que molda as situações em que as pessoas agem, e na proporção em que oferta conjuntos fixos de símbolos que as pessoas usam ao interpretar situações. Essas duas formas de influência da organização social são importantes. No caso de sociedades estabelecidas e estabilizadas, tais como tribos primitivas e comunidades camponesas isoladas, a influência é certamente profunda. No caso de sociedades humanas, particularmente as modernas, nas quais fluxos de novas situações surgem e velhas situações se tornam instáveis, a influência da organização diminui. Deve-se ter em mente que o elemento mais importante confrontando uma unidade atuante em situações são as ações de outras unidades atuantes. Na sociedade moderna, com o seu crescente ir e vir de linhas de ação, é comum que surjam situações em que as ações dos participantes não estão previamente regularizadas e padronizadas. Nessa proporção, a organização social existente não molda as situações. Do mesmo modo, os símbolos ou as ferramentas de interpretação usadas pelas unidades atuantes nessas situações podem variar e mudar consideravelmente. Por essas razões, a ação social pode ir além ou se afastar da organização existente em qualquer uma de suas dimensões estruturais. A organização de uma sociedade humana não deve ser identificada com o processo de interpretação usado por suas unidades atuantes; embora ela afete esse processo, não o encerra ou recobre.

Talvez a consequência mais marcante de se contemplar a sociedade humana como organização seja não reparar no papel das unidades atuantes na mudança social. O procedimento convencional dos sociólogos é (a) identificar a sociedade humana (ou alguma de suas partes) em termos de uma forma estabelecida ou organizada; (b) identificar algum fator ou condição de mudança atuando sobre a sociedade humana ou uma dada parte dela; e (c) identificar a nova forma assumida pela sociedade em decorrência do jogo do fator de mudança. Tais observações permitem ao estudante formular proposições de modo que um dado fator de mudança, ao atuar sobre uma certa forma organizada, resulta numa nova forma organizada. São legião os exemplos, que variam de argumentos simplórios a refinados, tais como a afirmação de que uma depressão econômica aumenta a solidariedade nas famílias de trabalhadores, ou que a industrialização

substitui famílias extensas por famílias nucleares. Minha preocupação aqui não é com a validade de tais proposições, mas com a posição metodológica que elas pressupõem. Essencialmente, tais proposições ou ignoram o papel do comportamento interpretativo das unidades atuantes em dado exemplo de mudança, ou consideram o comportamento interpretativo como coagido pelo fator de mudança. Eu gostaria de indicar que qualquer linha de mudança social, uma vez que envolve mudança na ação humana, é necessariamente mediada pela interpretação das pessoas atingidas pela mudança – a mudança aparece na forma de novas situações em que as pessoas têm de construir novas formas de ação. Também, na linha do que foi previamente dito, interpretações de situações novas não são predeterminadas por condições antecedentes às situações, mas dependem do que é levado em consideração e avaliado nas situações reais em que o comportamento é formado. Variações na interpretação podem prontamente ocorrer à medida que diferentes unidades atuantes eliminam diferentes objetos das situações, dão pesos diferentes aos objetos que notam ou arranjam objetos em conjunto segundo diferentes padrões. Ao formular proposições de mudança social, seria sábio reconhecer que qualquer linha de mudança é mediada por unidades atuantes que interpretam as situações com que são confrontadas.

Estudantes de sociedades humanas terão de encarar a questão quanto a se suas preocupações com as categorias de estrutura e organização podem ser compatibilizadas com o processo interpretativo por meio do qual os seres humanos, individual ou coletivamente, agem na sociedade humana. É a discrepância entre essas duas linhas que aflige tais estudantes em seus esforços para atingir proposições científicas do tipo das que foram alcançadas pelas ciências físicas e biológicas. É essa discrepância, ademais, a principal responsável pelas dificuldades de tais estudantes em ajustar proposições hipotéticas a novos arranjos de dados empíricos. Evidentemente, não faltam esforços para superar essas dificuldades por meio da elaboração de novas categorias estruturais, da formulação de novas hipóteses estruturais, do desenvolvimento de técnicas de pesquisa mais refinadas, e mesmo da formulação de novos esquemas metodológicos de caráter estrutural. Esses esforços continuam a ignorar ou a explicar de modo insatisfatório o processo interpretativo pelo qual as pessoas agem, individual e coletivamente, em sociedade. Permanece a questão sobre se a sociedade humana ou a ação social podem ser analisadas com sucesso por esquemas que se recusam a reconhecer os seres humanos tais como são, a saber, como pessoas que constroem a ação individual e coletiva através de uma interpretação das situações que as confrontam.